

ganha expressão na mobilidade dos anti-heróis, deambulação constante que só pode «traduzir a procura de respostas para todas as perguntas que ecoam ao longo da narrativa» (p. 506). Sob esse aspecto, são ainda de notar as diferenças entre a «odisseia paródica» do *Satyricon* e a longa odisseia de Lúcio, a caminhada em que, embora sujeito a perigos e cometendo erros de cujos ensinamentos ele não consegue dar-se conta senão a *posteriori*, embora movimentando-se num mundo de valores degradados em que impera o individualismo e de que está totalmente ausente qualquer propósito colectivo ou missão (cf. p. 507), embora, ainda, o êxito das suas procuras se traduza no imediato da sua sobrevivência no mundo para que a sua metamorfose o arrastou, ele é conduzido pelo *fatum* até ao seu destino. Em ambos os romances, Cláudia Teixeira sabiamente descortina o que os aproxima e o que os afasta da épica, numa dimensão em que, embora partilhem um mesmo património narratológico, modelizam sistemas concretos distintos.

Trata-se, em suma, de um estudo à altura dos três génios da literatura ocidental que o motivam, tanto mais que, em língua portuguesa, não abunda a bibliografia que os discuta para melhor os dar a conhecer. Constituindo um exercício de inteligência e um modelo de rigor científico, a análise de Cláudia Teixeira abre-nos um conjunto de perspectivas de interpretação que nos permitem fruir mais densamente das obras-primas de Vergílio, Petrónio e Apuleio. Quer este ensaio seja a chave que abra a porta do conhecimento dos seus textos, quer a leitura deles venha a postular uma reflexão mais profunda como a que aqui se apresenta, em ambos os casos cumpriremos um percurso que é, afinal, indagação e resposta para o que de mais sublime e de mais chãmente humano existe em cada um de nós.

Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel

VASCO DE MAGALHÃES-VILHENA, *Estudos inéditos de filosofia antiga*. Edição crítica, tradução e prefácio de Hernâni Resende, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 2005, LVII + 387 pp., ISBN 972-31-1118-7

O Serviço de Educação e Bolsas da Fundação C. Gulbenkian não tem esquecido a obra deste autor. É de justiça salientar o papel de iniciador que a esse respeito desempenhou o Prof. José V. de Pina Martins, nos anos em que esteve à frente daquele Serviço.

Não se sabendo presentemente como será quanto ao muito que resta do espólio filosófico e científico daquele mestre português (não só do pensamento antigo, mas da história social das ideias), falecido em 1993, é facto que com este volume de inéditos se leva ao público interessado de hoje e de amanhã o primeiro e, a meu ver, decisivo instrumento de ligação entre o espólio e a obra publicada de Magalhães-Vilhena. Na sucinta apresentação que a seguir se fará do volume, fixemo-nos desde já em aspectos centrais do conteúdo, antes do que convém dizer da edição crítica, como se não houvesse relação constitutiva entre as duas faces destes *Estudos inéditos*.

Sem ignorar a unidade de pensamento que de ponta a ponta percorre os dezanove textos ou conjuntos de textos reunidos, são de realçar, ao que me parece, os quatro primeiros estudos, cada um deles portador de conjuntura própria, como amplamente se documenta no respectivo aprontamento editorial. São eles:

- «Sobre a segunda hipótese do “Parménides” e as origens da dialéctica hegeliana. Ensaio sobre a pré-história da dialéctica materialista» (pp. 1-18);
- «Platão, Aristófanés e o Sócrates histórico» (pp. 27-143);
- «Platão e as incidências sociais do platonismo» (pp. 185-251);
- «[A lógica, a ciência e a técnica na Antiguidade]» (pp. 271-295).

Fique de uma só vez expresso o que podia ser detidamente mostrado em cada um destes títulos e mesmo, noutra escala, mostrado nos fragmentos, notas de trabalho e rascunhos coligidos: a acribia exercitada nas fontes; a congruência crítica e argumentativa própria de toda a inteligência que investiga de um modo simultaneamente informado, original e portador de «carga» heurística; a atenção constante, no acordo e no desacordo, à bibliografia internacional e à atribuição a cada autor do que a cada autor pertence.

No primeiro ensaio, de 1947, vê-se o que o jovem doutorando se propôs com o tema, exposto no Seminário de Filosofia Antiga, de Jean Wahl, na Ecole Normale Supérieure de Paris: nada menos do que mostrar que «ao dar a palavra a Parménides, o autor do diálogo [/. e., *Platão*] põe em relevo a continuidade de pensamento que vai do grande Eleata ao próprio Platão, através de Sócrates.» (p. 4). Está nisso parte decisiva do problema, se se quiser considerar o percurso que, por antilogia, encaminha a «invenção» da dialéctica, atribuída a Zenão de Eleia, para o idealismo dialéctico do fundador da Academia. «De simpies arte de discutir», prossegue o autor, a dialéctica «vai transfor-

mar-se no que é para Platão: o método que conduz ao conhecimento das Ideias» (p. 4). Passo a passo, Magalhães-Vilhena reconstrói o modo como o Parménides do diálogo torna maleável a irreduzível identidade que o Parménides autor do «Poema» havia erigido em lei de inteligibilidade universal. Está aí, também, a “segunda hipótese” do diálogo: «mostrar a comunhão das ideias umas com as outras em movimento perpétuo, a fim de explicar a comunhão do visível com o inteligível» (p. 10). Tal, porém, não foi conseguido sem que «várias batalhas» tenham sido travadas ao mesmo tempo, cuja menção sumária o leitor pode encontrar a pp. 15 sqq., assim como a sugestiva aproximação de Platão e Hegel quanto aos respectivos modos de pensar, pois que «Platão (...) é o dialético idealista do mundo antigo. Hegel sê-lo-á do mundo moderno», (p. 18).

Trabalho de maior fôlego, o segundo ensaio é indissociável das teses de doutoramento de Estado (Sorbonne, 1949). Este outro «Sócrates» consta de um preâmbulo (pp. 29-32), de um texto central (pp. 33-107) e de uma sequência de apêndices (pp. 107-136), cuja pertinência está justificada no aparelho crítico organizado pelo editor. Com toda a precisão necessária, explica-se o autor nos seguintes termos: «a essência deste trabalho é [a de] recolocar o Sócrates da antiga comédia ática, e em primeiro lugar o Sócrates de Aristófanes (na medida em que nos é conhecido), no quadro da restituição do socratismo de Sócrates e dos socratismos dos socráticos, tentando mostrar o sentido do desvio constitutivo daquele Sócrates que para Aristófanes é o verdadeiro» (p. 30). Enfrentando os riscos inerentes ao entrecruzar de «análises de pormenor» e à «elaboração de um certo número de hipóteses» (p. 30), Magalhães-Vilhena, subentendendo mais do que diz, recolhe daí apreciáveis clarificações de método, como, por exemplo, a que justifica as suas perguntas acerca das contradições entre o Sócrates *dramatis persona* dos comediógrafos e o dos *lógoi sokratikoi*: «com que direito podemos tomar partido em tal questão, privilegiando os dados platônicos e rejeitando os que nos provêm de Aristófanes? Já alguém provou que o Sócrates de Platão é o termo de comparação incontestável que pode fundamentar a historicidade das informações socráticas?» (p. 31). Permanece, assim, a questão do desvio constitutivo, sob a forma de uma explanação indutiva-dedutiva acerca dos limites do conhecimento do Sócrates histórico. Indutiva, porque examina caso a caso o valor heurístico de cada fonte antiga; dedutiva, porque estabelece nessa base um quadro comparativo de análises e confrontos, com o posicionamento próprio

que consiste em levar ao limite a mencionada «restituição do soeratismo de Sócrates». Não tendo aqui ocasião para aproximar desenvolvidamente esta perspectiva e o modo de ver da escola da psicologia histórica (Ignace Meyerson, Jean-Pierre Vernante outros), direi apenas que o Aristófanes estudado *ex novo* por Magalhães-Vilhena evoca algumas vezes, a partir de necessidades de método do autor (do seu «historismo de método», como diz Hernâni Resende), a forte correiação epistemológica entre a história das funções psicológicas e as formas de civilização expressas nas obras de uma época. É que o lugar de Sócrates na comédia aristofânica, e na comédia ática em geral inclui, ao que me parece, claros indícios dessa correlação. Nada indica, porém, que um dia saibamos o que teria podido pensar a tal respeito o autor do ensaio agora acabado de apresentar.

No terceiro estudo, Magalhães-Vilhena parte da premissa de que «só o escravismo tornou possível o pleno desabrochar do mundo antigo» (p. 187), visando com isso situar as raízes sociais da obra platónica e repor Platão «no conjunto das condições que ele não escolheu e que são directamente dadas pelo (e herdadas do) passado» (p. 191). A generalização daí decorrente, transitando mais uma vez pela via compreensiva-explicativa da psicologia histórica - nesse ponto, pelo menos, próxima da concepção materialista da história - conduz o autor à asserção segundo a qual «sem escravidão não há platonismo» (p. 193). No caso, a este respeito examinado, da oposição de Platão à concepção jónica da ciência, sobressaiem, com a valorização do saber teórico, o desprezo pela técnica, pelos ofícios manuais e pelo escravo. O desenvolvimento do tema, a amplitude e riqueza da análise no presente estudo permitem dizer abreviadamente o seguinte: ao dominarem certo momento os vários patamares da sua disciplina, desde a informação erudita até à criação de conhecimento, o historiador social das ideias (aqui, da Antiguidade clássica) domina também a expressiva plasticidade dos factos, relações, processos e contradições que examina e descreve. As «incidências sociais do platonismo», precisamente, são parte determinante de uma constelação de problemas de alta densidade filosófica e política, ideológica e técnico-científica, onde se incluem linhas de pesquisa como a lógica das relações sociais no mundo histórico de Platão, a cisão de trabalho manual e trabalho intelectual nesse contexto, o carácter regressivo da utopia platónica ou ainda, na sua base, a reacção aristocrática contra a dissolução progressiva da sociedade gentílica na Grécia dos séculos V e IV. É pois sem surpresa que lemos: «Platão traz ao seu tempo e para lá dele um

conjunto de ideias que é de todo em todo legítimo chamar ideias de combate. O platonismo é uma máquina de guerra (...) para a manutenção da sociedade aristocrática no interior da classe dirigente escravista.» (p. 221 e nota). É ainda de acrescentar que, por motivo de ordenamento de materiais fragmentários próximos deste texto, o editor complementou-o com um apêndice (pp. 240-249) e uma adenda (pp. 250-251), ambos de seguro interesse documental.

A sociologia histórica da ciência (ou do conhecimento em geral), outra das disciplinas que o mestre português cultivou, surge neste quarto estudo, aliás sem título e sem data no original, com mais nítida especificação do que nos anteriores. Veja-se: «aquilo que em certa época a ciência é - é, antes de tudo, função da sua base económica, dos seus fundamentos materiais e técnicos. Mas o que a ciência é num determinado período (...) é função também dos quadros operatórios conceptuais, intelectuais e ideológicos, bem como da aparelhagem científica e dos centros de investigação que a Grécia da Antiguidade já conhecia.» (pp. 273-274). Mais uma vez, é desta que principalmente se trata. Porém, de maneira algo surpreendente, o autor esboça e em certos pontos aprofunda em pouco mais de vinte páginas o balanço que reclama, à luz dos conhecimentos actuais (i. e., talvez na primeira metade dos anos 60), acerca do estado «da utensilagem mental; dos instrumentos lógicos, científicos, mas também materialmente técnicos, ligados pois às actividades produtivas; de toda “a maquinaria do saber” (p. 274). E, linhas adiante: «Tudo ou quase tudo nesta matéria tem de ser repensado em pormenor e a partir muitas vezes de novas bases». Acrescento apenas que o balanço requerido abrange áreas como a lógica antiga, o estatuto social de mecânicos e engenheiros, médicos urbanistas e filósofos, abrange a rectificação de certa tradição historiográfica e cultural, que na ciência grega antiga apenas veria contemplação e teoria. E abrange ainda, entre outras, as conotações e denotações de técnica, actividade experimental, trabalho servil, trabalho intelectual, no quadro complexo de «duas cidades numa só e mesma cidade (como o reconhecia Platão)» (p. 286).

Sob pena de ir além do espaço atribuído a esta recensão, renuncio à apresentação dos restantes quinze títulos do volume, de curta dimensão todos eles. A sua matéria esparsa reporta-se sob vários ângulos às noções de trabalho, ócio, tempo, técnica e mentalidade técnica na Antiguidade clássica (e, num único caso, também na Idade Média europeia). Nestes quinze títulos incluem-se sete «Esquços de índole histórico-sociológica», que apropriadamente o editor reservou

para as noções de classe social e lutas de classes, para L. H. Morgan, K. Marx e as classes na Antiguidade, para as categorias de rico, pobre e escravo, e ainda para a categoria de modo de produção na Antiguidade.

O pouco que se segue é reservado, a concluir, à edição crítica do volume. Quase poderia dizer em rigor que ignoro, por ausência de termo de comparação quanto à obra inédita de Magalhães-Vilhena, se se poderia ter feito de outro modo, ou mais, ou melhor. Mas sei que, tais como se encontram, estes *Estudos inéditos* constituem não só o primeiro resultado, mas o resultado autenticamente exemplar do esforço acumulado, da competência e da abnegação do editor. Suposta, claro está, a indispensável quota-parte de apoio institucional. O alto valor da edição deve-se ainda a outra circunstância, de que o leitor se apercebe facilmente ao longo do notável prefácio do editor e tradutor: refiro-me ao conhecimento praticamente exaustivo da obra do autor, conhecimento tributário, por sua vez, de longos anos de colaboração estreita e de amizade com Hélène e Vasco de Magalhães-Vilhena. Trabalhos similares não exigem tal proximidade. Nem ela, sequer, é frequente. Mas o que julgo de ora em diante exigível entre nós em tarefas comparáveis é que a ideia mesma de edição crítica em ciências sociais e humanas tenha como um referente seu o trabalho crítico e editorial de Hernâni Resende.

Eduardo Chitas

SILVIA CAPPELLETTI, *The Jewish Community of Rome. From the Second Century B.C. to the Third Century C.E.*, Leiden/Boston, Brill, 2006, hb., 247 pp. ISBN 978-90-04-15157-4.

É a tese de doutoramento da Autora, apresentada em Junho de 2004 à Universidade de Pisa, que está na base da obra que aqui apresentamos. Curiosamente, trata-se de uma dissertação com um tema afim da que defendemos na Universidade de Lisboa, precisamente no mesmo ano e mesmo mês da que agora damos notícia (*Iudaei in Vrbe. Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007).

O livro agora editado pela prestigiada casa Brill divide-se em três partes: «The Organization of the Community», «The Historical Deve-